



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

Europ@CIP

Notícias da União Europeia

Síntese Mensal
16 de julho de 2018

Notícias das instituições da União Europeia – Conselho da União Europeia/Conselho Europeu, Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Comité Económico e Social Europeu- selecionadas, essencialmente, a partir dos respetivos comunicados de imprensa e agrupadas nos seguintes capítulos:

- ✓ **ECONOMIA**
- ✓ **ENERGIA E CLIMA**
- ✓ **MERCADO INTERNO**
- ✓ **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Comissão Europeia e Reino unido publicam uma declaração conjunta que descreve os novos progressos realizados nas negociações ao abrigo do artigo 50.º

A Comissão Europeia e o Reino Unido publicaram no dia 19 de junho uma [declaração conjunta](#) que descreve os progressos realizados nas negociações ao abrigo do artigo 50.º. Os novos elementos do acordo são indicados em pormenor nos pontos 3 e 4 da declaração conjunta, que assinala igualmente a vontade do Reino Unido de resolver as questões pendentes neste domínio. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão.

Conselho Europeu, 28-29/06/2018 – Principais destaques

- **Migração** – O Conselho Europeu apelou a que fossem tomadas **novas medidas** para reduzir a migração ilegal e impedir o regresso aos fluxos descontrolados de 2015. Os dirigentes confirmaram que se tratava de **um desafio não apenas para um único Estado-Membro da UE, mas para toda a Europa**. Desde 2015, foram postas em prática várias medidas para assegurar o controlo efetivo das fronteiras externas da UE. Em consequência, o número de passagens ilegais detetadas das fronteiras da UE diminuiu 96 % em comparação com o pico registado em outubro de 2015. Os dirigentes da UE também salientaram a importância de uma parceria com África, que exigiria não só um **maior financiamento do desenvolvimento**, mas também medidas para criar um novo quadro que permita um aumento substancial do investimento privado tanto dos africanos como dos europeus. Além disso, os dirigentes apelaram à criação de um novo **mecanismo consagrado à gestão da migração externa**, a incluir no próximo orçamento de longo prazo da UE (QFP). O Conselho Europeu recordou a necessidade de

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site

<http://www.cip.org.pt>



assegurar o controlo efetivo das fronteiras externas da UE e de intensificar o regresso efetivo dos migrantes irregulares. O Conselho Europeu saudou a intenção da Comissão de formular propostas legislativas para uma política europeia de regresso mais eficaz e coerente. No que respeita à situação interna, os Estados-Membros deverão tomar todas as medidas necessárias para evitar os **movimentos secundários** dos requerentes de asilo e cooperar entre si para o efeito

- **Segurança e defesa** – No que se refere à **cooperação estruturada permanente (CEP)**, os dirigentes da UE apelaram a que se honrassem os compromissos existentes e se continuem a desenvolver os projetos iniciais. O próximo conjunto de projetos será acordado em novembro de 2018. Os dirigentes da UE apelaram à rápida execução do **Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa** e à realização de progressos no que toca ao **Fundo Europeu de Defesa**. Os dirigentes da UE apelaram a que se chegasse a acordo sobre um **pacto para a vertente civil da PCSD** até ao final de 2018. A **cooperação UE-NATO** também esteve na ordem do dia da cimeira. Os dirigentes da UE afirmaram que a cooperação deveria ser aprofundada através de uma nova declaração conjunta.
- **Comércio** – O Conselho Europeu sublinhou a importância de preservar e aprofundar o **sistema multilateral baseado em regras**. O Conselho Europeu convidou a Comissão Europeia a propor uma abordagem multilateral, o que melhoraria o funcionamento da Organização Mundial do Comércio. Esse plano deverá prever negociações mais flexíveis e a redução dos custos das trocas comerciais. Apelou ainda a que a proposta legislativa sobre a análise do investimento direto estrangeiro seja adotada rapidamente.
- **Fiscalidade** – Os dirigentes da UE destacaram que a **luta contra a elisão, a evasão e a fraude fiscais** deve ser prosseguida com determinação tanto a nível mundial como a nível da UE. Também salientaram a necessidade de adaptar os sistemas fiscais à era digital, tanto mundialmente como à escala da UE.
- **Semestre Europeu** – O Conselho Europeu aprovou as **recomendações específicas por país** integradas resultantes dos debates do Conselho, o que permite encerrar o Semestre Europeu de 2018.
- **Brexit** – O [Conselho Europeu \(Art. 50.º\)](#), reunido a 27, fez o ponto da situação das negociações do Brexit e adotou conclusões sobre os progressos alcançados. Congratulou-se com os **progressos alcançados sobre certas partes do texto jurídico do Acordo de Saída**. Os dirigentes manifestaram a sua **preocupação com a falta de progressos substanciais no que toca ao acordo sobre uma solução de último recurso para a Irlanda/Irlanda do Norte**. Também destacaram que o ritmo dos trabalhos tem de ser acelerado para preparar uma **declaração política sobre o quadro das futuras relações**.

Para mais informações, consulte a [página da reunião](#).

Em antecipação desta reunião, a BusinessEurope emitiu duas posições políticas, uma [apoio](#) as ações da União Europeia contra o protecionismo e o fortalecimento do crescimento económico Europeu e [outra, em conjunto com a CBI – Confederation of Business Industry, a TUC – Trade Union Congress e a ETUC – European Trade Union Confederation](#), pedindo que se

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt



Site
<http://www.cip.org.pt>



acelerem as negociações para o período de transição da saída do Reino Unido da União Europeia, principalmente em assuntos-chave como transposições regulamentares, trocas comerciais e a fronteira entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte.

Conselho dos Assuntos Gerais, 26/06/2018 – Principais destaques

- **Alargamento** – O Conselho adotou [conclusões](#) sobre a política de alargamento da UE e o processo de estabilização e de associação. As conclusões reafirmam o empenhamento da UE no processo de alargamento e na perspetiva europeia dos Balcãs Ocidentais. O Conselho acordou em responder favoravelmente aos progressos realizados pela antiga República jugoslava da Macedónia e pela Albânia e preparou o caminho para a abertura das negociações com estes dois países, em junho de 2019.
- **Iniciativa de cidadania europeia** – O Conselho aprovou sem debate a sua [posição](#) de negociação sobre uma proposta de revisão da iniciativa de cidadania europeia. As novas regras têm por objetivo tornar mais fácil lançar e apoiar estas iniciativas e aumentar o seu impacto.
- **Artigo 50.º** – O Conselho, reunido no formato UE27, foi informado pelo negociador-chefe da UE, Michel Barnier, sobre a situação das **negociações com o Reino Unido**, com particular enfoque nas **próximas etapas**. Os ministros comentaram os progressos realizados e as próximas etapas no que respeita aos **temas pendentes**, incluindo a fronteira entre a **Irlanda e a Irlanda do Norte** e o quadro das **futuras relações** com o Reino Unido.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

ECONOMIA

Eurogrupo, 21/06/2018 – Principais resultados

- **Programa de ajustamento económico da Grécia** – O Eurogrupo discutiu a [quarta \(e última\) revisão do programa de ajustamento económico da Grécia](#) e chegou a acordo sobre os elementos necessários para apoiar o país numa saída de sucesso deste programa em agosto deste ano.
- **Orçamento provisório de Espanha** – O Eurogrupo [debateu](#) a proposta para o Orçamento de 2018 para Espanha e adotou uma [declaração](#) sobre a mesma.
- O Eurogrupo aprovou o seu [programa de trabalho para o segundo semestre de 2018](#).

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros), 22/06/2018 – Principais resultados

- O Conselho **encerrou o procedimento por défice excessivo da França**.
- O Conselho emitiu recomendações para a **Hungria** e a **Roménia**, apelando à correção de desvios significativos nos seus objetivos orçamentais a médio prazo.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt



Site
<http://www.cip.org.pt>



- Foi ainda adotada uma diretiva que estipula **15%** como a **taxa mínima do IVA**, e aprovado um acordo com o objetivo de estimular a cooperação em termos de IVA com a **Noruega**.
- O Conselho [aprovou](#) também o **mandato negocial para as negociações entre a União Europeia e os países ACP para o quadro pós-Cotonou**, que deverá ser tornado público no início do mês de julho.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Cimeira do Euro, 29/06/2018 – Principais resultados

- Reunidos em formação inclusiva de 27 Estados-Membros da UE, os ministros adotaram um primeiro conjunto de **decisões sobre a reforma da União Económica e Monetária**, nomeadamente o futuro papel do **Mecanismo Europeu de Estabilidade** e a **conclusão da União Bancária**.

Para mais informações, consulte a [página da reunião](#).

Comissão Europeia e Banco Central Europeu realizaram 8ª missão de Supervisão Pós-Programa a Portugal

Uma delegação composta por membros da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu esteve de visita a Lisboa durante os dias 5 a 12 de junho, para levar a cabo a 8ª missão de supervisão pós-programa de assistência financeira a Portugal. Esta delegação concluiu que, após um **forte crescimento de 2.7% em 2017, espera-se que a expansão económica se torne mais moderada**, na linha do que acontece atualmente nos restantes países da zona euro. Realçou ainda que as condições macroeconómicas e financeiras favoráveis atuais são uma oportunidade para **acelerar as reformas estruturais, reduzir ainda mais os desequilíbrios macroeconómicos e aumentar a resiliência de Portugal aos choques económicos**. [Consulte aqui o comunicado completo](#).

Orçamento da UE: Comissão propõe novo fundo para investimento na economia marítima e apoio às comunidades piscatórias

A Comissão propõe que se inscreva no próximo orçamento de longo prazo da UE (2021-2027) uma dotação de €6,14 mil milhões para um fundo mais simples e mais flexível dedicado à pesca europeia e à economia marítima. O novo **Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas** continuará a apoiar o setor europeu das pescas em atividades de pesca mais sustentáveis, concentrando-se particularmente nos pequenos pescadores. Contribuirá também para a libertação do potencial de crescimento de uma economia azul sustentável, que proporcione às comunidades costeiras um futuro mais próspero. Contribuirá ainda, pela primeira vez, para o reforço da governação internacional dos oceanos, para que os mares e oceanos se tornem mais seguros e mais limpos, e sejam geridos de forma sustentável. Por último, a Comissão está a reforçar o impacto ambiental do Fundo, centrando-o na proteção dos ecossistemas marinhos, prevendo para este efeito a afetação de 30 % do seu orçamento à atenuação das alterações climáticas e à adaptação a estas, em consonância com os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris. As **pescas** são vitais para a subsistência e para o património cultural de

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt



Site
<http://www.cip.org.pt>



muitas comunidades costeiras da UE. Além disso, em conjunto com a aquicultura, contribuem para a segurança alimentar e a nutrição. O Fundo atribuirá particular importância ao apoio aos pequenos pescadores costeiros, cujos navios tenham comprimento inferior a 12 metros, os quais representam metade dos postos de trabalho europeus no setor das pescas. Desde a reforma da política comum das pescas de 2014, têm-se realizado progressos na reposição das unidades populacionais de peixes em níveis saudáveis, no aumento da rentabilidade do setor das pescas da UE e na conservação dos ecossistemas marinhos. O novo fundo continuará a apoiar estes objetivos socioeconómicos e ambientais. Para a **economia marítima**, a Comissão propõe-se aumentar o seu apoio em relação ao período 2014-2020. Trata-se de um setor económico de elevado potencial, cuja produção mundial está estimada em 1,3 biliões de EUR e poderá aumentar para mais do dobro até 2030. O fundo marítimo permitirá o investimento em novos mercados, serviços e tecnologias marítimos, como a energia oceânica e a biotecnologia marinha. As comunidades costeiras receberão um apoio mais importante e alargado para a criação de parcerias locais e para transferências de tecnologia em todos os setores da economia azul, incluindo a aquicultura e o turismo costeiro. No contexto da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a União comprometeu-se ainda, **ao nível internacional**, a tornar os mares e os oceanos mais seguros e mais limpos, e a tornar sustentável a sua gestão. O novo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas apoiará estes compromissos para melhorar a governação internacional dos oceanos. Entre outras medidas, proporcionará o financiamento necessário para o aperfeiçoamento da vigilância marítima, assim como para o aumento da segurança e da cooperação na guarda costeira. Para assegurar a sua eficácia e eficiência, o Fundo apresenta várias características novas, como:

- **Simplificação e maior flexibilidade para os Estados-Membros**, que passam a poder orientar o apoio para as suas prioridades estratégicas, em vez de terem de se limitar a uma lista de ações elegíveis.
- **Maior harmonização com outros fundos da União Europeia**. As normas aplicáveis a todos os fundos estruturais e de investimento constam do Regulamento «Disposições Comuns».
- **Melhor orientação** do apoio para o cumprimento dos objetivos da política comum das pescas.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão.

Política de coesão pós-2020: Comissão ajuda as regiões a tornarem-se mais inovadoras

A Comissão está a renovar a iniciativa «*Stairway to Excellence*», para continuar a fornecer apoio adaptado e técnico às regiões menos avançadas no domínio da inovação. Esta iniciativa irá ajudar as regiões a desenvolver, atualizar e aperfeiçoar as suas [estratégias de especialização inteligente](#), ou seja, as suas estratégias regionais de inovação baseadas em nichos competitividade, antes do início do período orçamental 2021-2027. Irá igualmente ajudar a identificar recursos europeus adequados para financiar projetos inovadores e formar parcerias com outras regiões com vantagens semelhantes para criar polos de inovação. Na sequência das propostas da Comissão para a [futura política de coesão](#), o novo programa «[Horizonte Europa](#)» e em consonância com a [agenda renovada para a investigação](#)

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt



Site
<http://www.cip.org.pt>



[e a inovação da Comissão](#), a iniciativa «*Stairway to Excellence*» consiste noutra forma de apoio da Comissão às regiões europeias para prepararem o futuro, com estratégias sólidas de inovação apoiadas pelos fundos da UE, no âmbito do próximo orçamento a longo prazo da UE para 2021-2027. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Auxílios estatais: Comissão dá início a uma investigação aprofundada às isenções fiscais a empresas na Zona Franca da Madeira

A Comissão deu início a uma investigação aprofundada para verificar se Portugal aplicou à Zona Franca da Madeira (ZMF) o regime de auxílios com finalidade regional e conformidade com as decisões da Comissão de [2007](#) e de [2013](#) que o aprovam. A Comissão receia que as isenções fiscais que Portugal concede às empresas estabelecidas na ZFM não estejam em conformidade com as decisões da Comissão e as regras aplicáveis aos auxílios estatais. No âmbito do acompanhamento da execução das decisões relativas a auxílios estatais, a Comissão procedeu a uma avaliação preliminar da forma como Portugal aplicou à ZFM o regime de auxílios até à sua expiração no final de 2014, tendo em conta o quadro das decisões da Comissão de 2007 e de 2013 que aprovam o dito regime. Na fase atual, a Comissão tem dúvidas se as autoridades portuguesas respeitaram algumas das condições de base ao abrigo das quais o regime foi aprovado pelas decisões de 2007 e 2013. Em especial, a Comissão interroga-se se Portugal terá cumprido as seguintes condições:

- Os lucros das sociedades que beneficiam de reduções do imposto sobre o rendimento foram obtidos exclusivamente de atividades realizadas na Madeira; e
- As empresas beneficiárias geraram e mantiveram efetivamente empregos na Madeira.

A Comissão irá agora investigar de forma mais aprofundada para determinar se a sua preocupação inicial se confirma- o lançamento de uma investigação aprofundada dá a Portugal e às partes terceiras interessadas a oportunidade de apresentarem as suas observações, sem prejuízo do resultado da investigação. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

ENERGIA E CLIMA

Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia, 11/06/2018 – Principais destaques

- **Regulamento ACER** – Numa sessão pública, o Conselho chegou a acordo sobre a sua posição relativa ao Regulamento ACER, a Agência da UE de Cooperação dos Reguladores de Energia. Desde a sua criação em 2011, a ACER tem melhorada a coordenação entre os reguladores da energia no que se refere a questões transfronteiriças. A rede elétrica da União está estreitamente interligada e há uma crescente necessidade de os países vizinhos cooperarem a fim de manter a estabilidade da rede e de integrar grandes volumes de energias renováveis. Só serão atribuídas novas funções e competências

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>



reguladoras à agência se for garantida uma participação adequada dos Estados-Membros.

- **Governança da União da Energia, Diretiva Energias Renováveis e diretiva relativa à eficiência energética** – O Conselho tomou nota das informações da Presidência sobre o ponto da situação dos três dossiês do pacote "Energias limpas" relativos à governança, às energias renováveis e à eficiência energética. Desde fevereiro, já tiveram lugar onze trilogos. As negociações com o Parlamento Europeu estão agora numa fase avançada. As principais questões pendentes de acordo são o nível das metas, as contribuições e as trajetórias.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Conselho (Ambiente), 25/06/2018 – Principais destaques

- **Economia Circular** – O Conselho adotou conclusões sobre a execução do plano de ação da UE para a economia circular. O Conselho reiterou as potencialidades da economia circular para atingir um crescimento sustentável e reduzir a dependência da UE das matérias-primas primárias não renováveis, em especial através de uma maior reciclagem dos produtos de plástico. Salientou a necessidade de repensar os hábitos de consumo e evitar a utilização desnecessária do plástico. Destacou a responsabilidade de todas as partes interessadas de tomarem, em relação à conceção, utilização e consumo de produtos, as medidas necessárias para a mudança. Sublinhou ainda a importância que assume para a criação de ciclos de materiais não tóxicos a boa gestão das substâncias – parte de produtos e resíduos – que suscitam preocupação.
- **Normas em matéria de emissões de CO2 dos automóveis e dos veículos comerciais ligeiros** – O Conselho realizou um debate de orientação, transmitido em direto na Internet, sobre o regulamento que estabelece normas em matéria de emissões de CO2 dos automóveis e dos veículos comerciais ligeiros. Os ministros debruçaram-se sobre os objetivos propostos em matéria de redução das emissões de CO2 dos automóveis e veículos comerciais ligeiros novos, de 15 % a partir de 2025 e de 30 % a partir de 2030. Analisaram igualmente o mecanismo de incentivo proposto para os veículos com um nível nulo ou baixo de emissões.

Para mais informações, consulte a [página da reunião](#).

Eletricidade mais verde e mais segura na Madeira graças aos fundos da UE

Um investimento de 45 milhões de euros provenientes do [Fundo de Coesão](#) permitirá aumentar a produção de eletricidade a partir de energia hidráulica e eólica na ilha da Madeira, uma região autónoma de Portugal e uma das nove [regiões ultraperiféricas](#) da UE. O projeto contribui para reforçar a estabilidade do abastecimento de eletricidade nesta ilha situada ao largo da costa noroeste de África. A modernização de uma central hidroelétrica existente irá triplicar a capacidade de produção para mais de 38 megawatts. Além disso, uma nova instalação de armazenamento por bombagem de 17,7 megawatts e uma barragem de armazenamento com capacidade para 1 milhão de metros cúbicos de água permitirão armazenar energia eólica quando há produção excedentária, de modo a que possa ser fornecida eletricidade suplementar

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>



durante os períodos de elevada procura. As novas instalações irão beneficiar 130 mil consumidores, ou seja, metade dos habitantes da Madeira. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da DG Regio.

MERCADO INTERNO

Comissão Europeia e quatro plataformas *online* assinaram uma Promessa de Segurança dos Produtos com vista a remover produtos perigosos

Quatro grandes plataformas *online* – Alibaba (para AliExpress), Amazon, eBay e Rakuten-França – assinaram no dia 25 de junho um compromisso para a remoção mais rápida dos produtos perigosos vendidos nos seus mercados *online*. Estas quatro grandes empresas comprometeram-se a responder a notificações das autoridades dos Estados-Membros relativas a produtos perigosos no prazo de **2 dias úteis** e a tomar medidas sobre notificações de clientes no prazo de 5 dias úteis. As vendas em linha representaram 20 % do total das vendas na UE em 2016 ([Eurostat](#)). É cada vez maior o número de produtos perigosos notificados no âmbito do [Sistema de Alerta Rápido](#) que são vendidos em linha. Este facto demonstra a necessidade de todos os mercados em linha manterem e intensificarem os seus esforços quando se trata de remover produtos perigosos. A [Diretiva Comércio Eletrónico](#) da UE introduz procedimentos de notificação e retirada («*notice and take down*») de conteúdos em linha problemáticos, mas não os regulamenta de forma pormenorizada. Estes quatro grandes mercados em linha assumiram uma série de compromissos para assegurar uma boa proteção dos consumidores da UE. O Grupo Alibaba (para Aliexpress), Amazon, eBay e Rakuten-France comprometem-se a tomar as seguintes medidas:

- **Reagir no prazo de dois dias úteis às notificações das autoridades** enviadas aos pontos de contacto das empresas para remoção de listas de encomenda que ofereçam produtos não seguros. As empresas devem dar seguimento a essas notificações e informar as autoridades sobre as medidas tomadas.
- **Providenciar uma forma clara de os clientes notificarem listas de encomenda de produtos perigosos**, assegurando que essas notificações sejam tratadas de forma expedita e que seja dada uma resposta adequada no prazo de cinco dias úteis.
- **Consultar informações sobre produtos recolhidos/perigosos** disponíveis no [Sistema de Alerta Rápido](#) relativas a produtos não alimentares perigosos e também informações de outras fontes, nomeadamente as autoridades responsáveis pela aplicação da lei, e tomar as medidas necessárias no que diz respeito aos produtos em causa, quando estes podem ser identificados.
- **Disponibilizar pontos de contacto únicos específicos** para as autoridades dos Estados-Membros da UE enviarem notificações relativas a produtos perigosos e para facilitar a comunicação sobre questões de segurança dos produtos.
- Tomar medidas destinadas a **prevenir o reaparecimento de listas de encomenda de produtos perigosos já removidas**.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt



Site
<http://www.cip.org.pt>



- Facultar **informações/formação aos vendedores** sobre a conformidade com a legislação relativa à segurança dos produtos, exigir que os vendedores cumpram a legislação e fornecer aos vendedores a ligação à lista da legislação da UE relativa à segurança dos produtos.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Orçamento da UE: Reforçar o papel da UE como garante de segurança e defesa

No próximo orçamento de longo prazo da UE para o período de 2021-2027, a Comissão propõe aumentar a autonomia estratégica da UE, fortalecer a sua capacidade de proteger os seus cidadãos e reforçar a posição da UE a nível mundial. Um **Fundo Europeu de Defesa**, com uma dotação de 13 mil milhões de euros, garantirá a capacidade financeira necessária para realizar investimentos transfronteiras em tecnologias e equipamentos de ponta plenamente interoperáveis em áreas como os programas informáticos encriptados e a tecnologia associada aos *drones*. Além disso, a Alta Representante, com o apoio da Comissão, propõe hoje uma nova Facilidade Europeia de Apoio à Paz dotada de 10,5 mil milhões de EUR. Trata-se de um instrumento fora do orçamento de longo prazo da UE que contribuirá para melhorar a capacidade da UE de prevenir conflitos, construir a paz e garantir a segurança internacional.

O Fundo Europeu de Defesa

Dos 13 mil milhões de EUR do novo Fundo Europeu de Defesa, 4,1 mil milhões de EUR são reservados ao financiamento direto de projetos competitivos e colaborativos de investigação, nomeadamente através de subvenções. Para além da fase de investigação, serão disponibilizados 8,9 mil milhões de EUR para complementar os investimentos dos Estados-Membros, cofinanciando as despesas de desenvolvimento de protótipos e as atividades de certificação e teste subsequentes. O Fundo colocará a UE entre os quatro maiores investidores em investigação e tecnologia de defesa na Europa, e servirá de catalisador de uma base industrial e científica inovadora e competitiva. São as seguintes as principais características do Fundo:

- Financiamento de projetos que contribuam para tornar a UE mais segura e que correspondam às **prioridades acordadas pelos Estados-Membros** no âmbito da [Política Comum de Segurança e Defesa](#) e de outras organizações regionais e internacionais, como a NATO;
- **Apenas projetos colaborativos** com a participação de, pelo menos, três participantes de três Estados-Membros são elegíveis;
- A UE só cofinanciará o desenvolvimento de protótipos comuns quando os Estados-Membros se **comprometam a comprar o produto final**;
- A **participação transfronteiras de PME e empresas de média capitalização** é fortemente incentivada através da oferta de taxas de financiamento mais elevadas, do favorecimento de projetos a realizar por consórcios que incluam PME e, se necessário, do lançamento de convites à apresentação de propostas específicos;
- **Um dos objetivos é a inovação revolucionária**, com 5% das verbas destinadas a tecnologias e equipamentos inovadores de rutura, permitindo à UE reforçar, a longo prazo, a sua liderança tecnológica;

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>



- Os projetos de **cooperação estruturada permanente (CEP)** podem, se for caso disso, beneficiar de uma majoração de cofinanciamento de 10 %, mas o financiamento não é automático.

A Facilidade Europeia de Apoio à Paz

Com a [Facilidade Europeia de Apoio à Paz](#), a Alta Representante, apoiada pela Comissão, propõe um novo fundo fora do orçamento no valor de 10,5 mil milhões de euros, que reunirá os mecanismos extraorçamentais existentes dedicados à segurança e à defesa no intuito de colmatar as lacunas e suprimir as limitações existentes. Irá reforçar a eficácia do financiamento das missões militares e das operações ao abrigo da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da UE. Facilitará o contributo da UE para as operações de paz lideradas por parceiros e alargará o âmbito do apoio a ações militares e de defesa que a UE pode assegurar. Cobrirá despesas que não podem ser financiadas pelo orçamento da UE devido às suas implicações no domínio militar ou da defesa.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão.

Orçamento da UE: 4,8 mil milhões de euros para financiar a segurança numa Europa que protege

A Comissão propôs para o próximo orçamento de longo prazo da UE (2021-2027) um aumento considerável do financiamento consagrado à segurança, passando de 3,5 mil milhões de euros para 4,8 mil milhões de euros. Perante as ameaças cada vez mais complexas de carácter transnacional, os fundos da UE podem ajudar a preparar a União para os futuros desafios em matéria de segurança, equipando-a para responder a situações de emergência. Os **2,5 mil milhões de euros** a título do Fundo para a Segurança Interna (FSI), que acaba de ser reforçado, são complementados com quase **1,2 mil milhões de euros** para o desmantelamento seguro das instalações nucleares de alguns Estados-Membros e **1,1 mil milhões de euros** para reforçar os organismos da UE no domínio da segurança.

Reforço do Fundo para a Segurança Interna (FSI)

Embora a proteção dos cidadãos seja, sobretudo, uma competência dos Estados-Membros, a União Europeia desempenha um papel vital no apoio aos esforços por estes envidados. A Comissão propõe hoje um aumento que mais do que duplicará o valor do Fundo para a Segurança Interna (FSI), o principal instrumento financeiro de apoio aos Estados-Membros no domínio da segurança, passando de mil milhões de EUR para 2,5 mil milhões de EUR. O novo fundo contemplará:

- **Um novo conjunto de objetivos:** o FSI reforçado prosseguirá três novos objetivos: 1) melhorar o intercâmbio de informações entre as autoridades policiais da UE; 2) intensificar as operações transfronteiriças conjuntas; 3) reforçar as capacidades para combater a criminalidade e prevenir a radicalização. Isto ajudará os Estados-Membros, de uma forma mais flexível e eficaz, a obterem resultados nas áreas prioritárias no domínio da segurança: luta contra o terrorismo e a radicalização; criminalidade grave e organizada; cibercrime; proteção das vítimas de crimes;
- **Maior flexibilidade e melhor resposta de emergência:** os Estados-Membros beneficiarão de 1,5 mil milhões de EUR a título do fundo para reforçarem a sua resiliência a longo prazo

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>



em matéria de segurança. Os restantes **mil milhões de euros** serão reservados para desafios imprevistos em matéria de segurança, permitindo formular uma resposta rápida a situações de emergência e canalizar os recursos para os Estados-Membros mais carenciados;

- **Melhor coordenação com todas as políticas da UE:** a segurança é uma questão transversal em permanente evolução, que exige uma resposta coordenada a nível da UE. O FSI reforçado articular-se-á mais eficazmente com os outros fundos da UE, incluindo os fundos da política de coesão e do Horizonte Europa, o Fundo para a Gestão Integrada das Fronteiras, o Fundo para o Asilo e a Migração, de modo a maximizar a eficácia da resposta da UE aos desafios de segurança em todas as frentes;
- **Forte dimensão externa:** a segurança é uma questão global e a nossa segurança interna está dependente da nossa intervenção fora das fronteiras da UE. O FSI continuará a apoiar medidas em países terceiros, assegurando simultaneamente a sua plena complementaridade com as prioridades da União em matéria de segurança interna e com os objetivos globais nesses países.
- **Reforço das agências da UE:** fora do âmbito do fundo e a apresentar separadamente, serão consagrados quase 1,1 mil milhões de EUR ao reforço dos organismos da UE no domínio da segurança: Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (EUROPOL), Agência da União Europeia para a Formação Policial (CEPOL) e Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT).

Segurança permanente do desmantelamento nuclear

Os programas de apoio ao desmantelamento nuclear visam ajudar os Estados-Membros a desativar e a encerrar instalações nucleares que se encontrem em final do ciclo de vida, assegurando o nível de segurança mais elevado possível. Para o período 2021-2027, a União Europeia continuará a prestar apoio financeiro rigorosamente orientado, no montante de 118 milhões de EUR para o desmantelamento nuclear na Bulgária e na Eslováquia e de 552 milhões de euros para o desmantelamento nuclear na Lituânia. Serão atribuídos 348 milhões de EUR ao desmantelamento e gestão dos resíduos radioativos das instalações de investigação nuclear da Comissão Europeia, sendo 160 milhões de EUR atribuídos a ações no domínio da segurança e das salvaguardas nucleares. Por último, a Comissão propôs igualmente um reforço **do Mecanismo de Proteção Civil da UE** através do **sistema rescEU**, com uma dotação de **1,4 mil milhões de euros** que acresce aos 4,8 mil milhões de euros consagrados ao futuro financiamento da segurança.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão.

Dualidade de critérios na qualidade dos produtos alimentares: Comissão Europeia publica a metodologia de ensaio comum

O Centro Comum de Investigação (JRC), serviço científico e de conhecimento da Comissão Europeia, elaborou uma metodologia comum para permitir às autoridades nacionais de defesa do consumidor efetuar análises que comparem a composição e as características dos produtos alimentares vendidos com embalagens semelhantes em toda a União. Esta iniciativa complementa as medidas já adotadas pela Comissão na sequência do [discurso do Estado da União](#) do Presidente Juncker.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>



O Fórum de Alto Nível sobre a melhoria do funcionamento da cadeia de abastecimento alimentar, escolhido pela Comissão para resolver a questão da dualidade de critérios na qualidade dos alimentos, deu ao Centro Comum de Investigação mandato para desenvolver a metodologia, em junho de 2017.

A metodologia complementa as ações anunciadas pela Comissão na [iniciativa da Comissão – Um Novo Acordo para os Consumidores](#), que visa:

- clarificar e reforçar os direitos dos consumidores, incluindo medidas que proíbam as práticas de dualidade de critérios de qualidade que possam induzir em erro os consumidores;
- habilitar entidades qualificadas para empreender ações representativas em nome dos consumidores;
- adotar poderes sancionatórios mais rigorosos pelas autoridades de defesa do consumidor dos Estados-Membros.

Um protocolo de ensaio comum

Todos os produtos alimentares vendidos na UE têm de cumprir normas rigorosas em matéria de segurança; os consumidores devem ser informados das características essenciais, estabelecidas, nomeadamente, na legislação sobre rotulagem dos alimentos na UE, e não devem ser induzidos em erro, por exemplo, pelas embalagens. As autoridades em matéria de segurança alimentar nacional e de defesa do consumidor são responsáveis por garantir que os alimentos colocados no mercado único estão em conformidade com a legislação aplicável da UE. A metodologia de ensaio permitirá às autoridades determinar se os produtos alimentares são comercializados em conformidade com a legislação da UE. A metodologia assenta em princípios fundamentais como a transparência, a comparabilidade, a seleção de amostras semelhantes e a análise dos produtos.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão.

Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Política Social e Saúde, 21-22/06/2018 – Principais resultados

- O Conselho chegou a acordo nas suas posições negociais (abordagens gerais) sobre as diretivas de **coordenação dos sistemas de segurança social, conciliação da vida familiar e profissional para pais e cuidadores e condições laborais transparentes e previsíveis;**
- **Destacamento de trabalhadores** – O Conselho aprovou a revisão da diretiva sobre o destacamento de trabalhadores.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

A BusinessEurope emitiu um [comunicado](#) em relação ao mandato negocial para a diretiva sobre condições laborais transparentes e previsíveis, onde refere que a comunidade empresarial europeia continua preocupada com a possibilidade de exclusão dos trabalhadores públicos desta diretiva, o que deixará os direitos mínimos estabelecidos de uma forma que não será aplicável às empresas do setor privado.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt



Site
<http://www.cip.org.pt>



Mercado Único Digital: Negociadores da UE chegam a acordo político sobre o livre fluxo de dados não pessoais

O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão Europeia chegaram a um acordo político sobre as novas regras que permitirão o armazenamento e o tratamento dos dados em toda a UE sem restrições injustificadas. As novas regras apoiarão também a criação de uma economia de dados competitiva no Mercado único Digital.

As novas regras permitirão eliminar os obstáculos que impedem o livre fluxo de dados e dinamizar a economia europeia, estimando-se que gerará um aumento de 4 % do PIB até 2020. As novas regras em matéria de livre fluxo de dados não pessoais:

- **Garantirão o livre fluxo de dados através das fronteiras:** As novas regras estabelecem um quadro para o armazenamento e tratamento de dados em toda a UE, proibindo restrições à localização de dados. Os Estados-Membros terão de comunicar à Comissão quaisquer restrições remanescentes ou previstas em matéria de localização de dados em situações específicas e limitadas de tratamento de dados do setor público. O regulamento relativo ao livre fluxo de dados não pessoais não tem incidência na aplicação do [Regulamento Geral Proteção de Dados](#), uma vez que este não abrange os dados pessoais. No entanto, os dois regulamentos funcionarão em conjunto a fim de permitir o livre fluxo de dados — pessoais e não pessoais — criando assim um espaço único europeu de dados. No caso de um conjunto misto de dados, as disposições do Regulamento Geral Proteção de Dados que garantem a livre circulação de dados pessoais serão aplicáveis à componente de dados pessoais do conjunto e o princípio do livre fluxo de dados não pessoais será aplicável à componente não pessoal.
- **Assegurará a disponibilidade de dados para controlo regulamentar:** As autoridades públicas poderão aceder aos dados para fins de controlo e supervisão onde quer que sejam armazenados ou tratados na UE. Os Estados-Membros podem sancionar os utilizadores que não facultem acesso a dados armazenados noutro Estado-Membro.
- **Incentivará a criação de códigos de conduta aplicáveis a serviços em nuvem** a fim de facilitar a mudança entre fornecedores de serviços de computação em nuvem, com prazos claros. Tal contribuirá para tornar o mercado serviços de computação em nuvem mais flexível e os serviços de dados mais abordáveis na UE.

As medidas acordadas estão em consonância com as regras em vigor relativas à livre circulação e à portabilidade dos dados pessoais na UE.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia.

União da Segurança: Parlamento Europeu adota Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS) e reforço da Agência eu-LISA

O Parlamento Europeu deu, no dia 5 de julho, o seu acordo definitivo à criação do Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS) e ao reforço do mandato da eu-LISA, a Agência europeia para a gestão operacional dos sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça. As propostas legislativas para o sistema ETIAS e a eu-LISA, apresentadas pela Comissão em [novembro de 2016](#) e em [junho de 2017, respetivamente](#),

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>



[foram identificadas como prioridades políticas ao abrigo da Declaração Conjunta sobre as prioridades legislativas da UE para 2018-2019](#). A autorização concedida através do ETIAS não é um visto; depois de estar operacional, permitirá efetuar um controlo, antes da partida, dos riscos que colocam, em termos de segurança e de migração, os viajantes que beneficiam de isenção de visto no espaço Schengen. No momento em que chegam às fronteiras da UE, os viajantes precisam de dispor de um documento de viagem válido e de uma autorização ETIAS. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Conselho dos Negócios Estrangeiros, 25/06/2018 – Principais destaques

- **Cooperação em matéria de segurança e defesa** – Ao debaterem a cooperação estabelecida pela UE em matéria de segurança e defesa, os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa focaram iniciativas importantíssimas em matéria de defesa, entre as quais a [cooperação estruturada permanente \(CEP\)](#), a **mobilidade militar**, as iniciativas propostas no âmbito do futuro quadro financeiro plurianual (o **Fundo Europeu de Defesa** e a **Facilidade Europeia de Apoio à Paz**), a luta contra as **ameaças híbridas** e a importância de se reforçar a **resiliência da UE** a essas ameaças e ainda o desenvolvimento das **capacidades civis**. O Conselho adotou [conclusões em matéria de segurança e defesa](#). Adotou também uma decisão que estabelece **regras de governação dos projetos desenvolvidos no âmbito da CEP** e **aprovou a primeira parte geral das necessidades militares para a mobilidade militar** dentro e fora da UE.
- **Cooperação UE-NATO** – A perspetiva da próxima Cimeira da NATO (11-12 de julho), os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa trocaram também opiniões acerca da **cooperação UE-NATO** com o secretário-geral desta organização, Jens Stoltenberg. Face aos recentes desafios enfrentados no âmbito das relações transatlânticas, sublinharam a **constante boa colaboração estabelecida entre as duas organizações em matéria de segurança e defesa**, em plena complementaridade. Salientaram os importantes progressos realizados em relação a 74 ações concretas que dão execução à declaração conjunta de julho de 2016 do presidente do Conselho Europeu, do presidente da Comissão Europeia e do secretário-geral da NATO. Exortaram a que se prossiga a cooperação, em particular no que respeita à **mobilidade militar** e à **luta contra as ameaças híbridas**.
- **Estratégia Global da UE** – O Conselho analisou a implementação da Estratégia Global da UE com base no [segundo relatório intercalar](#). Os ministros congratularam-se com os importantes progressos realizados e apelaram a que se prossiga a implementação em todos os domínios prioritários identificados na estratégia.

Para mais informações, consulte a [página da reunião](#).

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt



Site
<http://www.cip.org.pt>



Orçamento da UE: Comissão propõe grande aumento de financiamento para fronteiras mais seguras e para a migração

Para o próximo orçamento de longo prazo da UE 2021-2027, a Comissão propõe quase triplicar para 34,9 mil milhões de euros o financiamento para a migração e a gestão das fronteiras, em comparação com os 13 mil milhões de euros no período anterior. A proposta da Comissão no cerne do novo orçamento responde ao aumento dos desafios em matéria de migração, mobilidade e segurança, com instrumentos de financiamento mais flexíveis para fazer face a acontecimentos imprevistos e à proteção das fronteiras. Será criado um fundo distinto para a gestão integrada das fronteiras e a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira será reforçada com um novo corpo permanente de cerca de 10 000 guardas de fronteira. O novo fundo apoiará igualmente os Estados-Membros na realização dos controlos aduaneiros, através do financiamento de equipamento de controlo aduaneiro. Durante a crise dos refugiados de 2015 e 2016, o apoio financeiro e técnico que a UE prestou aos Estados-Membros foi essencial para apoiar os Estados-Membros sob pressão a desenvolverem as capacidades de busca e salvamento, intensificarem os regressos e gerirem melhor as fronteiras externas. Retirando lições do passado, a Comissão propõe quase triplicar o financiamento para as áreas cruciais da migração e da gestão das fronteiras.

1. Proteger as fronteiras externas da UE

A proteção eficaz das fronteiras externas da UE é essencial para a gestão dos fluxos migratórios e para garantir a segurança interna. A existência de fronteiras externas seguras permitirá também à UE manter um espaço Schengen sem controlos nas fronteiras internas. A Comissão propõe a afetação de **21,3 mil milhões de euros** para a gestão das fronteiras em geral e a criação de um novo **Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras (IBMF)** num valor total superior a **9,3 mil milhões de euros**. As principais características do novo fundo são as seguintes:

- **O conjunto adequado de prioridades:**
 - **Reforçar a segurança das fronteiras externas da Europa:** o novo fundo permitirá prosseguir e desenvolver o trabalho realizado nos últimos anos para proteger melhor as fronteiras da UE com a implantação da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, controlos sistemáticos nas fronteiras, novos sistemas informáticos de grande escala e interoperáveis, incluindo o futuro sistema de Entrada/Saída. O financiamento será canalizado para o combate à introdução clandestina de migrantes e ao tráfico de seres humanos, bem como para a interceção e luta contra os terroristas, apoio às operações de busca e salvamento no mar, equipamento e formação de guardas de fronteira e prestação de apoio operacional aos Estados-Membros sob pressão;
 - **Política de vistos mais sólida e mais eficiente:** o fundo assegurará igualmente a contínua evolução e modernização da política de vistos da UE, reforçando simultaneamente a segurança e mitigando os riscos de migração irregular;
- **Apoio aos Estados-Membros:** o novo fundo permitirá **consagrar 4,8 mil milhões de euros** de financiamento a longo prazo para apoiar as medidas dos Estados-Membros em matéria de gestão das fronteiras e política de vistos. O financiamento refletirá

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt



Site
<http://www.cip.org.pt>



- perfeitamente as necessidades dos Estados-Membros e uma revisão intercalar terá em conta pressões novas ou adicionais. Cada Estado-Membro receberá um montante fixo de 5 milhões de euros, sendo o restante distribuído com base no volume de trabalho, pressão e nível de ameaça nas fronteiras externas terrestres, (30 %), fronteiras marítimas externas (35 %), aeroportos (20 %) e postos consulares (15 %);
- **Uma resposta rápida e flexível:** serão consagrados **3,2 mil milhões de euros** ao apoio específico aos Estados-Membros, a projetos a nível da UE e para fazer face a necessidades urgentes. O novo fundo foi concebido de forma a garantir suficiente flexibilidade para canalizar o financiamento de emergência para os Estados-Membros sempre que necessário e abordar as novas prioridades críticas à medida que forem surgindo;
 - **Melhores equipamentos de controlo aduaneiro nas fronteiras externas:** o novo fundo permitirá consagrar **1,3 mil milhões de euros** para ajudar os Estados-Membros a adquirir, manter e substituir equipamentos aduaneiros mais avançados, tais como novos scanners, sistemas de deteção automática de matrículas, equipas de cães farejadores e laboratórios móveis para análise de amostras;
 - **Reforço das agências de gestão de fronteiras da UE:** além deste fundo devem ser afetados, separadamente, mais de **12 mil milhões de euros** destinados a reforçar a Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira e a EU-LISA.

2. Migração: apoiar uma política justa, sólida e realista

A Comissão propõe **aumentar o financiamento para a migração em 51 % para alcançar 10,4 mil milhões de euros** no âmbito do **novo Fundo para o Asilo e a Migração (FAM)**. O Fundo deverá apoiar os esforços dos Estados-Membros em três domínios fundamentais: asilo, migração legal e integração, luta contra a migração irregular e regressos. As principais características do novo fundo são as seguintes:

- **O conjunto adequado de prioridades:** o novo fundo permitirá prosseguir o seu apoio vital aos sistemas nacionais de asilo e colocará uma tônica renovada na canalização do financiamento da UE para as questões mais prementes, tais como:
 - **Um sistema europeu de asilo mais forte e eficiente:** o fundo contribuirá para reforçar e desenvolver todos os aspetos do sistema europeu comum de asilo, incluindo a sua dimensão externa;
 - **Maior apoio à migração legal e à integração:** o fundo consagrará recursos adicionais a curto prazo para apoiar a rápida integração dos nacionais de países terceiros que residem legalmente na UE, complementado pelo financiamento ao abrigo dos fundos de coesão para integração socioeconómica a mais longo prazo;
 - **Regressos mais rápidos e mais frequentes:** o fundo apoiará uma abordagem mais coordenada de luta contra a migração irregular, melhorará a eficácia dos regressos e continuará a intensificar a cooperação com os países terceiros em matéria de readmissão;
- **Apoio aos Estados-Membros:** o Fundo consagrará **6,3 mil milhões de euros** ao financiamento de longo prazo para apoiar os Estados-Membros na gestão da migração,

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt



Site
<http://www.cip.org.pt>



correspondendo às necessidades dos Estados-Membros. Uma revisão intercalar terá em conta as pressões novas ou adicionais. Cada Estado-Membro receberá um montante fixo de 5 milhões de euros, sendo o restante distribuído com base numa avaliação das pressões sofridas e tendo em conta as proporções no domínio do asilo (30 %), da migração legal e da integração (30 %) e do combate à migração irregular e regressos (40 %);

- **Melhor preparação:** serão reservados 4,2 mil milhões de euros para apoio específico aos Estados-Membros, a projetos com um verdadeiro valor acrescentado europeu, como a reinstalação ou a resposta a necessidades urgentes e a canalização do financiamento de emergência para os Estados-Membros onde e quando o necessitem;
- **Maior coordenação entre os instrumentos de financiamento da UE:** o fundo de asilo e migração será complementado com fundos suplementares no âmbito específico dos instrumentos de política externa da UE, a fim de reforçar a cooperação em matéria de migração com os países parceiros, incluindo os esforços para combater a migração irregular, melhorar as oportunidades nos países de origem, intensificar a cooperação em matéria de regresso e de readmissão e a migração legal;
- **Reforço das agências da UE:** além deste fundo devem ser afetados, separadamente, cerca de 900 milhões de euros destinados a reforçar a nova Agência da União Europeia para o Asilo.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão.

Orçamento da UE: Tornar a União Europeia apta para o seu papel como interveniente forte ao nível mundial

Para o próximo orçamento de longo prazo da UE para 2021-2027, a Comissão Europeia propõe um aumento do orçamento da ação externa para 123 mil milhões de euros, a fim de simplificar sensivelmente a sua estrutura e torná-lo muito mais flexível e eficaz para fazer face aos desafios globais da atualidade. O orçamento da ação externa será o principal instrumento da UE para apoiar os países parceiros nas suas transformações políticas e económicas rumo ao desenvolvimento sustentável, à estabilidade, à consolidação da democracia, ao desenvolvimento socioeconómico e à erradicação da pobreza. Permitirá também à UE continuar a prestar assistência humanitária em todo o mundo. No que respeita à vizinhança da UE, será também um instrumento para ajudar os países vizinhos na sua aproximação económica ao mercado único da UE.

Principais elementos da nova proposta de orçamento para a ação externa:

- **Aumento do financiamento:** O financiamento aumentará de 96,5 mil milhões de EUR no período 2014-2020 para 123 mil milhões de EUR no período 2021-2027, ou seja, 30 %.
- **Simplificação:** A Comissão propõe reduzir o número de instrumentos, bem como integrar o Fundo Europeu de Desenvolvimento no orçamento da UE. Tal permitirá uma maior coerência e uma ênfase mais clara em objetivos estratégicos e nos compromissos relativos aos parceiros, em consonância com as prioridades e os valores da UE.
- **Flexibilidade:** A nova estrutura orçamental irá permitir a utilização e reutilização de fundos não utilizados numa base plurianual. Tal permitirá à UE responder melhor à

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt



Site
<http://www.cip.org.pt>



evolução das situações, em conformidade com as suas prioridades de erradicação da pobreza, promoção do desenvolvimento sustentável, prosperidade, paz e estabilidade.

- **Uma maior transparência e controlo democrático:** por exemplo, através da incorporação do Fundo Europeu de Desenvolvimento no orçamento da UE.

Os novos instrumentos propostos para a ação externa da UE:

- **Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional com 89,2 mil milhões de EUR:** este novo instrumento simplificado será composto por três pilares: 1. O *pilar geográfico*, com especial destaque para os países abrangidos pela política europeia de vizinhança e a África Subsariana, será consideravelmente reforçado a fim de enfrentar conjuntamente os desafios globais, tais como o desenvolvimento humano, incluindo a igualdade de género, as alterações climáticas, a proteção do ambiente, a migração e a segurança alimentar; 2. O *pilar temático*, que complementarará o pilar geográfico através de apoio aos direitos humanos e à democracia, à sociedade civil, à estabilidade e à paz, na medida em que tenham de ser abordados a nível mundial, assim como outros desafios globais que não seriam abrangidos pelo pilar geográfico; 3. O *pilar de resposta rápida* que permitirá à UE responder rapidamente a crises, bem como apoiar a prevenção de conflitos, o reforço da resiliência dos Estados, das sociedades, das comunidades e dos cidadãos, a ligação entre ajuda humanitária e o desenvolvimento, bem como ações empreendidas numa fase precoce para a realização de outros objetivos de política externa.
- O novo **Instrumento Europeu para a Segurança Nuclear:** Com **300 milhões de euros**, serão complementadas as atividades desenvolvidas ao abrigo do novo instrumento simplificado com base no [Tratado Euratom](#).
- O **Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA III):** com **14,5 mil milhões de euros**, irá apoiar numa maior medida os países candidatos e os países potencialmente candidatos à adesão à UE nos seus esforços no sentido de cumprirem os critérios de adesão através de um processo de reformas profundas e abrangentes.
- O **instrumento de ajuda humanitária:** com **11 mil milhões de EUR**, permitirá a prestação de assistência da UE em função das necessidades, a fim de salvar e preservar vidas, prevenir e atenuar o sofrimento humano e salvaguardar a integridade e a dignidade das populações afetadas por catástrofes naturais e crises de origem humana.
- O orçamento da **política externa e de segurança comum**, com **3 mil milhões de EUR**. Este financiamento será utilizado para dar resposta aos conflitos e crises externos, desenvolver as capacidades dos países parceiros e proteger a UE e os seus cidadãos.
- A cooperação com os **países e territórios ultramarinos**, incluindo a **Gronelândia**, com **500 milhões de EUR**. Este financiamento irá apoiar e reforçar os laços económicos, políticos e culturais entre a UE e os 13 países e territórios ultramarinos associados aos Estados-Membros da UE.
- A parcela restante de cerca de 4,5 mil milhões de EUR é constituída pela margem orçamental (3,2 mil milhões de EUR) e por outras rubricas orçamentais, como as subvenções de assistência macrofinanceira, as medidas de avaliação e auditoria ou os trabalhos ligados às organizações internacionais e às agências descentralizadas.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt



Site
<http://www.cip.org.pt>



- A proposta da Comissão inclui um **quadro de investimento para a ação externa** com um reforço máximo de **60 mil milhões de EUR**. Com base na experiência bem-sucedida do Plano de Investimento Externo da UE, contribuirá para mobilizar e alavancar recursos financeiros suplementares para o desenvolvimento sustentável do setor privado.
- Além disso, fora do âmbito do orçamento da UE, a Alta Representante, com o apoio da Comissão, propõe a criação da **Facilidade Europeia de Apoio à Paz**, com **10,5 mil milhões de EUR**. A Facilidade Europeia de Apoio à Paz financiará ações operacionais no âmbito da política externa e de segurança comum que tenham implicações no domínio militar ou da defesa, e, por conseguinte, não possam ser financiadas pelo orçamento da UE. Irá melhorar a capacidade da União para preservar a paz, prevenir conflitos e reforçar a segurança internacional, em conformidade com o Tratado da União Europeia e os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão.

A UE e a Austrália dão início a negociações com vista à celebração de um amplo acordo comercial

A Comissária responsável pelo Comércio, Cecilia Malmström, juntamente com o primeiro-ministro australiano Malcolm Turnbull e o ministro australiano do Comércio, Steven Ciobo, lançaram no dia 18 de junho oficialmente as negociações para um acordo comercial abrangente e ambicioso entre a UE e a Austrália, na capital australiana, Camberra. O objetivo das negociações é eliminar os obstáculos ao comércio de mercadorias e serviços, criar oportunidades para as pequenas e grandes empresas, bem como estabelecer regras ambiciosas em consonância com outros acordos comerciais da UE, que contribuam para definir a configuração do comércio mundial. A abertura das negociações com a Austrália faz parte da agenda da UE para um comércio aberto e justo. Segue-se à conclusão das negociações com o Japão no ano passado e com o México na primavera, bem como à entrada em vigor do acordo comercial entre a UE e o Canadá em setembro do ano passado. O futuro acordo entre a UE e a Austrália permitirá consolidar ainda mais a ação da UE na região Ásia-Pacífico. No seguimento deste anúncio, a primeira ronda oficial de negociações entre as equipas de negociadores de ambas as partes terá lugar em Bruxelas, de 2 a 6 de julho. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia e a [ficha informativa](#) da DG Trade.

A UE adota medidas de reequilíbrio em resposta aos direitos aplicados pelos EUA sobre o aço e o alumínio

A Comissão Europeia adotou, no dia 20 de junho, o regulamento que institui as medidas de reequilíbrio da UE em resposta aos direitos aplicados pelos EUA ao aço e ao alumínio. Essas medidas visam de imediato uma lista de produtos no valor de 2,8 mil milhões de euros e entraram em vigor no dia 22 de junho. A lista de importações dos EUA que serão, a partir de agora, sujeitas a direitos adicionais na fronteira da UE inclui produtos de aço e alumínio, produtos agrícolas e uma combinação de vários outros produtos. Ao instituir estes direitos, a UE está a exercer os seus direitos no quadro da Organização Mundial do Comércio (OMC). Este

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>



anúncio surge após notificação da [lista completa desses produtos à OMC](#) e sua aprovação pelo Colégio de Comissários em 6 de junho, em resultado da aplicação pelos EUA dos direitos plenos sobre produtos de aço e alumínio. Os Estados-Membros da UE manifestaram o seu apoio unânime a esta abordagem. A UE reequilibrará o comércio bilateral com os EUA tendo como base o valor das suas exportações de aço e alumínio afetadas pelas medidas dos EUA, a saber 6,4 mil milhões de euros. Desse montante, a UE alcançará de imediato um reequilíbrio de 2,8 mil milhões de euros de exportações. O reequilíbrio relativo ao valor remanescente de 3,6 mil milhões de euros terá lugar numa fase posterior — no prazo de três anos ou após uma conclusão favorável do processo de resolução de litígios da OMC, se esta ocorrer mais cedo. As medidas de reequilíbrio da UE serão aplicadas enquanto as medidas dos EUA estiverem em vigor, em conformidade com o Acordo da OMC sobre as Medidas de Salvaguarda e a legislação da UE. O regulamento de execução, que foi publicado no dia 21 de junho e entrou em vigor no dia 22 de junho, estabelece os produtos e o nível dos direitos a aplicar, agora e no futuro, se necessário. A lista de produtos é a mesma que figura no regulamento de execução de 16 de maio e que foi notificada à OMC em 18 de maio. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

A UE e a Nova Zelândia dão início a negociações comerciais

No dia 21 de junho, em Wellington, a capital da Nova Zelândia, a comissária Cecilia Malmström e o ministro neo-zelandês do Comércio, David Parker, deram oficialmente início às negociações com vista à celebração de um novo acordo comercial abrangente e ambicioso. As negociações terão por objetivo eliminar os obstáculos ao comércio de mercadorias e serviços, bem como definir regras comerciais para facilitar o comércio e defender a respetiva sustentabilidade. Este anúncio segue-se ao início das negociações com a Austrália no princípio da semana. Surge pouco depois da conclusão das negociações com o México, da finalização dos acordos com o Japão e Singapura bem como do acordo comercial entre a UE e o Canadá, que entrou em vigor em setembro do ano passado. A primeira ronda oficial de negociações entre as equipas de negociadores de ambas as partes terá lugar em Bruxelas, de 16 a 20 de julho. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia e a [ficha informativa](#) da DG Trade.

Comissão publica relatórios sobre negociações comerciais com o Chile e o Mercosul

- **Chile** – o [relatório](#) refere-se à terceira ronda de negociações para a modernização do acordo comercial já existente. Esta ronda decorreu em Bruxelas de 28 de maio a 1 de junho de 2018. A Comissão publicou ainda três novas propostas textuais, sobre a [saúde animal e vegetal](#), [comércio e desenvolvimento sustentável](#) e [comércio e igualdade de género](#).
- **Mercosul** – o [relatório](#) refere-se à ronda negocial que decorreu entre 4 e 8 de junho, no Uruguai. Ambos os lados chegaram a acordo em diversos tópicos, especialmente no que toca a serviços. Ainda assim, há muito trabalho a fazer, particularmente no que diz respeito ao comércio de carros e componentes automóveis, indicações geográficas, transporte marítimo e laticínios.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>



Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da DG Trade.

UE e China debatem as relações económicas e comerciais no 7.º Diálogo Económico e Comercial de Alto Nível

A União Europeia e a China realizaram no dia 25 de junho em Pequim o 7.º Diálogo Anual Económico e Comercial de Alto Nível (DAN). Os debates incidiram sobre um leque de questões estratégicas no âmbito do tema geral «Controlar a globalização». Os temas incluíram a governação económica mundial, o apoio ao sistema comercial multilateral, questões em matéria de comércio e investimento - nomeadamente negociações sobre um acordo de investimento e sobre indicações geográficas - bem como a economia digital, o clima e a cooperação ambiental, e ainda a conectividade. Ambas as partes acordaram em proceder a uma troca de propostas de acesso ao mercado na próxima Cimeira, a fim de conferir um impulso político para um acordo global ambicioso sobre investimento UE-China, tanto em termos de liberalização como de proteção dos investimentos. A UE e a China expressaram conjuntamente o seu apoio ao sistema multilateral de comércio baseado em regras, com a Organização Mundial do Comércio (OMC) no centro da questão. A UE e a China decidiram criar um grupo de trabalho para colaborar concretamente sobre a reforma da OMC para ajudar esta última a responder aos novos desafios e a continuar a desenvolver regras em domínios fundamentais pertinentes para a igualdade global das condições de concorrência, tais como subvenções industriais. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Obstáculos ao comércio: UE elimina número recorde em resposta ao surto de protecionismo

O [relatório anual](#) sobre obstáculos ao comércio e ao investimento, publicado no dia 26 de junho, revela que a Comissão Europeia eliminou o número mais elevado de sempre de entraves ao comércio com que se deparam as empresas da UE que operam no estrangeiro. Os exportadores europeus comunicaram um recrudescimento significativo do protecionismo em 2017. Graças ao reforço da estratégia de acesso ao mercado da UE, foram eliminados 45 obstáculos, na totalidade ou em parte em 2017 — mais do dobro do que em 2016. Os obstáculos referiam-se a 13 dos principais setores de exportação e de investimento da UE, nomeadamente aeronáutica, indústria automóvel, TIC e eletrónica, máquinas, produtos farmacêuticos, dispositivos médicos, têxteis, curtumes, papel, indústria agroalimentar, aço e serviços. Assim, o número de barreiras eliminado durante o mandato da Comissão Juncker ascende a 88. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha de informação](#) da Comissão Europeia.

União Europeia e Vietname finalizam negociações para acordo comercial e de investimento

Numa reunião que decorreu em Bruxelas no dia 25 de junho, ambos os lados acordaram num texto final, concluindo assim o processo de revisão legal do documento referente ao [acordo comercial](#). A Comissão iniciará agora a tradução do acordo para as 22 línguas oficiais da UE e lançará a revisão legal referente ao Acordo de Proteção de Investimentos (IPA). O acordo

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt



Site
<http://www.cip.org.pt>



comercial eliminará as tarifas comerciais quase totalmente (99%). Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da DG Trade.

UE irá implementar medidas de salvaguarda provisórias sobre o aço como consequência das tarifas norte-americanas

No dia 6 de julho, a Comissão comunicou aos Estados-Membros a sua intenção de introduzir medidas de salvaguarda provisórias sobre o aço através do estabelecimento de um Contingente Pautal Específico (*Tariff Rate Quota – TRF*). O plano da Comissão recebeu o apoio dos Estados-Membros presentes no Comité de Salvaguardas e as novas medidas entrarão em vigor assim que foram adotadas formalmente pela Comissão, ainda durante o mês de julho. Direitos aduaneiros adicionais serão impostos apenas após o Contingente Pautal Específico, baseado no nível tradicional de importações, for alcançado. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da DG Trade.

Fundo Fiduciário da UE para África: €90.5 milhões adicionais para fortalecer a gestão de fronteiras e a proteção de migrantes no Norte de África

A Comissão aprovou no dia 6 de julho 3 novos programas relacionados com migração na região do Norte de África, que totalizam um investimento superior a €90 milhões. Esta decisão surge no seguimento das [conclusões](#) adotadas no Conselho Europeu de 28 e 29 de junho, nas quais os líderes dos países europeus se comprometeram a aumentar o apoio ao longo da rota do Mediterrâneo Central. Os novos programas sob o [Fundo Fiduciário de Emergência para África](#) aumentarão a assistência financeira da UE para refugiados e migrantes vulneráveis e melhorarão a capacidade dos países parceiros para gerirem as suas fronteiras. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Presidente de Angola apela à UE para uma maior cooperação nas migrações e economia

O Presidente de Angola, João Lourenço, [salientou](#) a importância da cooperação com a União Europeia na procura de soluções para a crise migratória e a situação económica em África. A UE pode ter um papel importante de parceria com o continente africano para fazer face a desafios comuns, como as migrações, disse o Presidente angolano, João Lourenço, numa sessão solene hoje realizada no Parlamento Europeu (PE), em Estrasburgo. O clima de conflitos internos, insegurança, crise económica e financeira e terrorismo em África tem como consequência diversas vagas de imigração para a Europa, lamentou o chefe de Estado angolano no seu discurso perante a Assembleia Europeia. O Presidente do PE, Antonio Tajani, salientou a importância de Angola no continente africano e o desejo de reforçar as ligações com África, que constitui uma prioridade para o PE. Defendendo a importância de manter um diálogo com Angola para a procura de soluções conjuntas para as migrações, Antonio Tajani reiterou a disponibilidade dos eurodeputados para apoiar o país nestes desafios. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) do Parlamento Europeu.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt



Site
<http://www.cip.org.pt>

